AFRICAN UNION
الاتحاد الأفريقي

UNION AFRICAINE

UNIÃO AFRICANA

Addis-Ababa, ETHIOPIA P. O. Box 3243 Téléphone: +251 115 517 700 Fax: +251 115 517844
Site Internet: www.africa-union.org

CONSELHO EXECUTIVO
Vigésima Segunda Sessão Ordinária
21 – 25 de Janeiro de 2013
Adis Abeba, ETIÓPIA

EX.CL/762 (XXII)
Original: Inglês

RELATÓRIO DA QUARTA CONFERÊNCIA DA UA DOS MINISTROS DA JUVENTUDE (COMY IV)

RELATÓRIO DA QUARTA CONFERÊNCIA DA UA DOS MINISTROS DA JUVENTUDE (COMY IV)

1. A Quarta Sessão Ordinária da Conferência da União Africana dos Ministros da Juventude (COMY IV) foi realizada em Adis Abeba, Etiópia, de 12 a 14 de Setembro de 2012, e tinha como objectivo debater as acções propostas, orientações e estratégias de financiamento para acelerar a implementação da Decisão e Declaração emanadas da Cimeira de Malabo sobre o Emprego e Capacitação da Juventude em 2011. A conferência também abordou os desafios relacionados com o orçamento e financiamento dos programas da juventude, bem como reflectiu seriamente sobre como África poderá colher, com sucesso, os dividendos demográficos e assegurar o crescimento socioeconómico através da participação activa dos jovens. Além das delegações ministeriais dos Estados-membros, um número significativo de parceiros, peritos de alto nível e líderes da juventude também participou na COMY IV. A seguinte Mesa foi eleita para os próximos dois anos:

• Congo	África Central	Presidente
• Cote d'Ivoire	África Ocidental	1º Vice-presidente
• Swazilândia	África Austral	2º Vice-presidente
• Tunísia	África do Norte	3º Vice-presidente
• Ruanda	África Oriental	Relator

2. A COMY IV analisou, aprovou e fez recomendações sobre os seguintes assuntos, entre outros:

(i) A População Jovem vista quer como uma oportunidade ou uma ameaça, e como preparar-se para a agenda 2032 no âmbito da Janela Demográfica de África;

(ii) As directrizes para a aceleração da capacitação da Juventude e implementação das Decisões, bem como a promoção do emprego para a juventude, também foram analisadas;

(iii) A preocupação em relação à questão da profissionalização do trabalho da Juventude através de intervenções académicas: Pesquisas & Estudos relativos à Juventude, incluindo programas e centros de formação;

(iv) O custo das actividades comerciais para jovens empreendedores; como aumentar o investimento para a capacitação da juventude e como mobilizar fundos internos para acelerar a capacitação da juventude e reduzir a taxa de desemprego em África.

3. O relatório da Conferência inclui muitos outros assuntos conexos e reflecte recomendações firmes para acções com benefícios rápidos, bem como intervenções de longo prazo para sustentar o desenvolvimento de África. Estas devem ser implementadas a curto, médio e logo prazo.

EX.CL/762 (XXII)

RELATÓRIO E RECOMENDAÇÕES DA 4ª SESSÃO ORDINÁRIA DA CONFERÊNCIA DA UNIÃO AFRICANA DOS MINISTROS RESPONSÁVEIS PELO DESENVOLVIMENTO DA JUVENTUDE

12 - 14 DE SETEMBRO DE 2012

ADIS ABEBA, ETIÓPIA

AFRICAN UNION

الاتحاد الأفريقي

UNION AFRICAINE

UNIÃO AFRICANA

Adis Abeba, ETIÓPIA C. P. 3243 Telephone: 00 251 11 5517 700; Fax: +251 115182072
website: www. au.int.; www.africa-youth.org

4.ª SESSÃO ORDINÁRIA DA CONFERÊNCIA DA UNIÃO AFRICANA DOS MINISTROS RESPONSÁVEIS PELA JUVENTUDE (COMY IV)
12 - 14 SETEMBRO DE 2012

ADIS ABEBA, ETIÓPIA

AU/MIN/COMY/Rprt-Recom(IV)

RELATÓRIO E RECOMENDAÇÕES DA CONFERÊNCIA DA UNIÃO AFRICANA DOS MINISTROS RESPONSÁVEIS PELO DESENVOLVIMENTO DA JUVENTUDE
12 - 14 DE SETEMBRO DE 2012

RELATÓRIO E RECOMENDAÇÕES DA CONFERÊNCIA DA UNIÃO AFRICANA DOS MINISTROS RESPONSÁVEIS PELO DESENVOLVIMENTO DA JUVENTUDE 12 - 14 DE SETEMBRO DE 2012

I- INTRODUÇÃO

1. A Quarta Sessão Ordinária da Conferência Ministerial da União Africana sobre a Juventude (COMY IV) realizou-se em Adis Abeba, Etiópia, de 12 a 14 de Dezembro de 2012. Foi proposto um novo formato para esta Conferência e aos Ministros e Peritos foram desejadas boas-vindas para juntos activamente participarem no importante debate sobre a emancipação da Juventude e emprego como seguimento da Cimeira de grande sucesso de Malabo sob o tema "Aceleração da emancipação da Juventude para um Desenvolvimento Sustentado". A COMY IV analisou várias questões relativas ao Desenvolvimento da Juventude, incluindo toda a população juvenil em África, condições para os jovens fazerem negócios, plano de investimento no emprego para Jovens e directivas para o emprego dos Jovens. Um Relatório de Actividades foi apresentado para indicar a situação actual sobre a Juventude como sujeito mas também, como alvo a atingir.

II- PRESENTES

2. Os seguintes 37 Estados Membros (incluindo 20 Ministros) foram representados: Argélia, Bénin, Botswana, Burkina Faso, Burundi, Camarões, República Centro-africana, Chade, Congo, Cote d'Ivoire, Djibouti, República Democrática do Congo, Egipto, Etiópia, Eritreia, Gabão, Gâmbia, Gana, Guiné (Conacri), Quénia, Lesoto, Malawi, Mauritânia, Moçambique, Namíbia, Nigéria, Ruanda, República Árabe Saharaoui Democrática, Senegal, África do Sul, Sudão, Sudão do Sul, Suazilândia, Tunísia, Uganda, Zâmbia e Zimbabwe. A maioria das Delegações nacionais esteve composta de Ministros, funcionários seniores responsáveis pelos assuntos da juventude e um líder da juventude do Conselho Nacional da Juventude (NYC).

3. Também participaram o Presidente, o Secretário-geral e outros delegados do Comité Executivo da União Pan-africana da Juventude (PYU).

4. **As Comunidades Económicas Regionais estiveram representadas através do COMESA.**

5. Também estiveram presentes na reunião os representantes das seguintes Organizações: Banco Africano de Desenvolvimento (BAD), Banco Mundial (BM), Organização das Nações Unidas para Educação ciência e Cultura (UNESCO), Fundo Internacional das Nações Unidas para as Crianças (UNICEF), Comissão Económica das Nações Unidas para África (UNECA), Fundo das Nações Unidas para a População (UNFPA), Organização Internacional do Trabalho (OIT), Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), Programa das Nações Unidas para Voluntários (UNV), UN-HABITAT, Representante dos Estados Unidos junto a Comissão da União Africana, Programa da Commonwealth para a Juventude, Parceria Orçamental Internacional, Bureau de Referência para a População, Oxfam, Plano Internacional, Fundação Sociedade Aberta, Instituições Nacionais dos Direitos do Homem, Instituto dos Assuntos Económicos, Microsoft, Handicap Internacional, Juventude Africana

Portadora de Deficiência. Aliança Africana da Saúde Pública, AIDS Accountability International (AAI).

III- PONTOS DA AGENDA

Ponto I: CERIMÓNIA DE ABERTURA

6. No seu discurso, o Comissário Jean-Pierre Ezin desejou boas-vindas a todos os Participantes. Ele apreciou altamente a importante participação dos Estados Membros e ligou esse nível de resposta a situação emergente desde Malabo para a Agenda da Juventude em África. Ele, Prof. Ezin também reconheceu e exprimiu gratidão a todos os Parceiros e os Representantes da Juventude presentes na Conferência, a qual demonstra a importância atribuída ao desenvolvimento da Juventude. Então, o Comissário Ezin debruçou-se sobre o novo formato da Conferência e desejou que a abordagem proposta envolverá todos os Participantes, especialmente os Ministros na profunda reflexão sobre as importantes questões a serem tratadas nos próximos três dias. Ele também exprimiu o desejo de que fortes recomendações saiam dos seus debates e conduza a acções concretas e imediatas.

7. Em representação do Sr. Andile Lungisa, Presidente da União Pan-africana da Juventude (PYU), o Secretário-geral Sr. Abdoulaye Toure saudou o engajamento demonstrado para com a Juventude pelos nossos Chefes de Estado, através da Cimeira realizada no ano passado em Malabo e as suas decisões tendentes a melhorar o desenvolvimento da Juventude em África. Mais adiante, ele instou os Estados Membros a assegurar que esses engajamentos sejam traduzidos em acções e assim, fazendo sentido para os jovens de África nas áreas rurais, jovens portadores de deficiências, VIH/SIDA, jovens mulheres e outros grupos marginalizados. O orador mencionou que a PYU continua fazendo lobby para a ratificação, incorporação e aplicação da Carta Africana da Juventude ao nível dos Estados Membros e instou os Governos a assegurarem que as suas políticas nacionais para a Juventude estejam em consonância com a Carta Africana da Juventude.

8. A PYU continuou apelando os Governos para aumentarem o seu apoio orçamental ao desenvolvimento da Juventude e também apelou para o reforço dos seus Conselhos Nacionais da Juventude, Organismos nacionais de co-coordenação e Organizações da Juventude em todos os Países. Ao encerrar, o Presidente da PYU convidou os Participantes da COMY IV a ajudarem-lhes a celebrar o 50.º Aniversário da PYU após a sua criação na Guiné Conacri em 1962 sob o Tema “Acção da Juventude para Liberdade Económica, Agora!”.

9. S.E. Jean Philibert Nsengimana, Ministro dos Assuntos da Juventude do Ruanda e Presidente da COMY III saudou os Participantes e mencionou que a 4º Sessão da COMY IV foi convocada sob o Tema: “África Unida para o Desenvolvimento da Juventude”. Ela aparece após uma série de outros importantes eventos que conduziram igualmente a importantes resultados. Notável entre eles foi a reunião dos Chefes de Estado e de Governo da UA de Janeiro de 2009 em Adis Abeba da qual resultou a Década da Juventude e o Plano de Acção, a anterior edição desta Sessão em Victoria Falls, Zimbabwe em Abril de 2010, mas, mais importante foi a 17.ª Cimeira dos Chefes de Estado e de Governo em Malabo sob o Tema: “Aceleração da Emancipação da Juventude para um Desenvolvimento Sustentado”.

10. Posteriormente, o Ilustre Ministro detalhou que a COMY IV procura rever os progressos que fomos, colectivamente e individualmente enquanto Estados Membros, capazes de atingir.

11. O Ministro apelou, em particular, para mais uso das plataformas das TIC para manter o nosso espírito de equipa no quadro da Mesa da COMY 4, a nossa fraternidade dos Ministros da Juventude e para eficiente comunicação e coordenação entre o HRST e os Estados Membros.

Ponto II: Organização dos trabalhos: Eleição dos Membros da Mesa da COMY III

12. Antes de relembrar o papel e as responsabilidades dos Membros da Mesa, directiva legal e clarificação foram dadas pelo Representante do Assessor Jurídico, o qual sublinhou que o princípio da consistência nos procedimentos deve ser adoptado nas eleições, nas quais os Ministros deverão eleger os Representantes por Região e o Presidente deverá ser eleito de uma Região que ainda não esteve representada na Mesa da COMY. O Assessor Jurídico relembrou a Plenária que caso não se atingir um consenso o direito de voto regressará aos Estados Membros, ao nível dos quais uma maioria de dois terços será necessária de conformidade com a Secção II, Norma 19 (1) dos Procedimentos do Conselho Executivo. Após o que, os Ministros elegeram os Membros da Mesa da COMY IV. O processo eleitoral levantou muitos desafios que envolveram os princípios de rotatividade regional e alternância das línguas por região para regiões com mais de uma língua. Após um longo debate, forte recomendação foi dirigida a Comissão da UA para que ela elabore por escrito as regras e procedimentos claros para orientar a eleição da Mesa da Conferência dos Ministros. Contudo, chegou-se a um acordo segundo o qual o Presidente cessante reafirmou o princípio de representação por rotatividade regional, no resultado do qual se obteve a seguinte composição da Mesa da COMY IV com mandato para o período 2012-2014:

Presidente	Região Central	Congo
1.º Vice-presidente	Região Ocidental	Cote d'Ivoire
2.º Vice-presidente	Região Austral	Suazilândia
3.º Vice-presidente	Região Norte	Tunísia
Relator	Região Oriental	Ruanda

13. O Presidente cessante exprimiu o desejo de encontrar um espaço no programa de trabalho e ofereceu oportunidade aos ministros da cada Região para se encontrarem e acordarem sobre uma estratégia de trabalho para os próximos dois anos. Deste modo, ele informou a Conferência acerca dos recém-eleitos Membros da Mesa da COMY IV, felicitou-os e passou a pasta para o novo Presidente.

Ponto III: Adopção da Agenda e do Programa dos Trabalhos

14. A Agenda e o Programa dos Trabalhos foram adoptados sem emendas.

Ponto IV: Análise de vários Relatórios de actividades sobre as realizações dos dois últimos anos

15. Três Relatórios de actividades (da Comissão da União Africana, União Pan-africana da Juventude e da Mesa da COMY III) respectivamente trataram das realizações dos respectivos mandatos. Foi registado que muitas metas foram atingidas de Abril de 2010 a Setembro de 2012. Os Relatórios detalhados estão em anexo para mais informações.

Ponto V: POPULAÇÃO JOVEM: OPORTUNIDADE OU AMEAÇA

Painel 5.1: Preparativos para 2032: Quadro Demográfico da África

16. Os Ministros da Juventude tomaram nota da Sessão sobre os Dividendos Demográficos apresentada na 4ª Conferência dos Ministros Africanos Responsáveis pela Juventude e reconhece que se trata de um novo conceito em África. Contudo, eles observaram que as oportunidades para a África são imensas se as questões criticas estiverem subjacentes as demográficas, especialmente as relativas ao tratamento das nova geração.

17. A África está conhecendo a mais rápida urbanização em todo o mundo e permanece uma população jovem com 35% do seu 1 bilião de pessoas com idades compreendidas entre 15 e 34 anos. Prevê-se que este número se duplique até 2045. Uma outra dimensão é a projectada “janela demográfica” que poderá estar criada até 2032, no caso em que houver um decréscimo na ratio de criança dependente por adulto com idade para trabalhar caso a tendência actual de fertilidade continuar a mesma. Contudo, dados recentes mostram que isto poderá não ser, mais cedo ou mais tarde, o caso, não obstante ser posteriormente necessária análise.

18. A apresentação incidiu sobre o que acontecerá a uma estrutura da população em caso de dividendo. Posteriormente a apresentação sublinhou uma série de mudanças de políticas que deverão ocorrer em África para que se atinja o dividendo demográfico. De conformidade, é necessário um esforço de coordenação, incluindo investimentos na educação, boa governação, saúde e políticas económicas. De crucial importância para se atingir o dividendo é a vontade política, estratégias de planificação do desenvolvimento, mudanças nas normas sociais e recursos.

Questões levantadas

19. Atingir um dividendo económico não é automático mas, requer algumas estratégias: i) De ponto a ponto os programas populares são uma abordagem crítica nos Países onde o acesso a saúde e a educação é mínimo; ii) vontade política ao mais alto nível deve ser usada como oportunidade para envolver os Ministérios do Governo que lidam com questões ligadas a Juventude; iii) necessidade de reformulação do planeamento familiar para assegurar que obtenhamos um dividendo demográfico de uma população jovem saudável e educada.

Recomendações

20. As Instituições Nacionais Responsáveis pela Juventude são solicitadas para:

a. Participarem em 2013 na Ronda de verificação de dados ao nível nacional e na análise do estatuto da juventude com o apoio da Comissão da União Africana e dos seus Parceiros de Desenvolvimento;

b. Abrirem diálogo sobre o custo-benefício da compreensão e investimento sobre o não atendimento da verificação, organização e análise das tendências e projecções ao nível da população jovem;

c. Promoverem abordagens multissectoriais e mudança de paradigma: investirem nas capacidades dos jovens e reforçarem a educação das jovens mulheres, sensibilização e consciência sobre as questões de saúde, incluindo a abolição de casamentos infantis;

d. Que a CUA e a ECA tomem esta questão para posterior apreciação e formulação de recomendações sobre políticas para que os Governos Africanos sejam capazes de tratar adequadamente os desafios dos jovens e as possíveis oportunidades da janela demográfica.

e. Levarem a atenção dos Ministros Africanos das Finanças e da Planificação Económica na sua próxima Conferência UA/ECA dos Ministros das Finanças e da Planificação Económica a questão dos dividendos demográficos.

Painel 5.2 – Emancipação da Juventude Africana: Directivas para acelerar a implementação

21. A Cimeira de Malabo de 2011 criou um marco no qual a Agenda da Juventude da União Africana foi enquadrada. Ela adopta as áreas-alvo prioritárias para o Plano de Acção da Década da Juventude (DPoA) 2009-2018.

22. Na operacionalização da decisão de Malabo, a Comissão foi apoiada pelo PNUD para realizar a avaliação das capacidades e necessidades no quadro do qual o mecanismo para implementação é proposto para os cinco seguintes eixos de prioridades: i) Formação técnico-profissional e Formação (TVET) sobre especialmente TIC e áreas da agricultura e grande procura; ii) Participação cívica da Juventude; iii) Corpo de Voluntários Jovens da UA; iv) Reforço da PYU; v) Estratégias para mobilização de recursos. A Plenária partilhou as constatações iniciais da avaliação.

Questões levantadas/Discutidas

23. Os Países deverão usar a oportunidade das questões e clarificações para apresentar os respectivos esforços na implementação a favor da emancipação da Juventude, apoio político do Governo, iniciativas da Organização da Juventude.

Recomendações

24. As seguintes recomendações surgiram do debate sobre a emancipação da juventude:

a. Ampla disseminação das decisões e declarações entre todos os intervenientes para facilitar a integração nos seus respectivos programas de acção aos níveis nacional e regional;

b. Tomar medidas consistentes para acelerar a redução do desemprego entre a juventude e entre as mulheres e subemprego ao abrigo Pacto de trabalho para a Juventude tal como solicitado pela Cimeira de Malabo;

c. Apoio aos fora da Juventude como caminho para a emancipação;

d. Elaborar um plano nacional detalhado para o emprego da Juventude;

e. Reforçar a relevância da formação técnico profissional e formação (TVET) e a sua ligação com a procura de trabalho no mercado;

f. Sistematizar a partilha de boas práticas e experiências, organizando reuniões periódicas das estratégias de emprego para a Juventude;

g. Mobilizar recursos através de fontes alternativas de financiamento para apoiar os projectos de emancipação da Juventude;

h. Desenvolver e fortalecer a colaboração intersectorial entre o Ministério Responsável pela Juventude e outros Ministérios Responsáveis pelos sectores chaves para a emancipação da Juventude: saúde, educação, trabalho, finanças, planificação do desenvolvimento, etc.;

i. Os Estados Membros e a CUA deverão apoiar a PYU através de dotação orçamental para facilitar a implementação do seu Plano de Acção;

j. Atenção específica deverá ser dada a Juventude marginalizada, usando abordagens inclusivas;

k. Criar um fundo de desenvolvimento para a Juventude aos níveis nacional e continental bem como um mecanismo para a sua implementação.

<u>Painel 5.3</u> – A iniciativa conjunta sobre a promoção da emancipação da juventude

25. Está provado que 3 de cada 5 pessoas desempregadas em África têm menos do que 35 anos. A Decisão AU/Assembly/Decl1 (VII) de 2011, mandatou a Comissão, em colaboração com o BAD e outras Organizações Internacionais, a estabelecer uma parceria para tratar da situação da Juventude desempregada em África e garantir normas decentes de trabalho. Esta decisão procura posteriormente implementar o Plano de Acção de Ouagadougou sobre o Emprego para a Juventude e as Mulheres, de 2004 e o Plano de Acção da UA sobre a Década da Juventude (2009-2018) cujo objectivo é reduzir o desemprego entre a Juventude em 2% por ano. A iniciativa se estenderá seguintes por três áreas: i) Intervenções políticas ii) Intervenções directas e iii) Conhecimento para acções esclarecidas. A primeira fase cobrirá o período de três anos e atingirá 15 Estados, incluindo 5 Países frágeis.

Questões levantadas

26. A importância do sector informal e o nível do subemprego foram levantados como preocupações de todos os Países. A necessidade de utilização de talentos da Juventude e criação de redes em áreas específicas de interesse. Foi registado que a iniciativa conjunta está trabalhando numa coordenação de esforços para tratar do desemprego entre a Juventude e do empreendedorismo. Também há necessidade de regulamentar o Mercado de trabalho, considerando o crescimento económico no quadro de sistemas produtivos diversificados.

Recomendações/Vias a seguir

27. Acções específicas são necessárias para assegurar a sustentabilidade dos impactos da implementação, incluindo o seguinte;

a. Iniciar um exercício programático para melhor compreender a situação do desemprego entre a Juventude ao nível do País quando se elabora os programas;

b. Considerar e analisar a dimensão cultural do emprego para a Juventude;

c. Lutar contra a corrupção;

d. Apoiar e formalizar o 1.º estágio como janela para experiência de trabalho;

e. Fortalecer o trabalho voluntário entre a Juventude;

f. Reflectir sobre o emprego para Juventude nos Países pós- conflitos;

g. Criar uma base de dados sobre emprego para a Juventude.

Ponto VI POLÍTICAS E PRINCÍPIOS SOBRE A CARTA AFRICANA DA JUVENTUDE

Painel 6.1 Aplicação e responsabilização dos Direitos da Juventude através da governação e participação popular e cívica

28. Um sumário da Carta Africana da Juventude (CAJ) foi apresentado e a importância de várias questões consignadas na Carta. Os Estados Membros que ratificaram a Carta devem cumprir as obrigações delas emergentes. A Carta também estabelece tarefas a serem cumpridas pela CUA. A CAJ contribui para a Carta Africana dos Direitos do Homem, tomando em conta os aspectos específicos da Juventude.

Questões levantadas

29. Ênfase sobre o papel que a CUA deverá jogar na abordagem e aplicação dos direitos da Juventude;

30. Os Estados Membros são solicitados a legislar sobre as disposições da CAJ para criar um ambiente propício.

Recomendações

31. Duas principais recomendações foram formuladas para a AYC

a. Implementação posterior da Carta Africana da Juventude na programação para a juventude.

b. A Mesa da COMY deverá posteriormente discutir a criação de uma *task force* sobre os direitos da juventude e desenvolvimento.

Painel 6.2: Profissionalização do Trabalho da Juventude em África através de intervenções académicas: Estudos da Juventude e Investigação, incluindo centros de formação e programas.

32. Isto é acerca da criação de uma disciplina académica sobre o trabalho da Juventude. O papel crítico do Ministério da Juventude é o de estabelecer estandartes. O papel dos Ministros da Juventude em colaboração com os Ministérios da Educação pode ser o de assegurar que existe adequada publicidade em volta dos trabalhadores jovens profissionalizados.

33. A CUA propôs um Roteiro sobre a profissionalização do domínio do trabalho da Juventude.

Questões levantadas

34. Uma clara definição é necessária para estabelecer a diferença entre trabalho profissionalizado da Juventude e operacionalidade. O trabalho profissionalizado da Juventude deverá idealmente incluir aumento de pesquisas acerca da Juventude e acordo sobre um código de ética. Ênfase sobre a área reside em nós construirmos sobre as iniciativas existentes em vez de reinventarmos a roda.

Recomendações

35. São recomendadas acções específicas para impulsionar a sensibilização sobre a profissionalização do trabalho da Juventude

a. Criação do trabalho de desenvolvimento académico da juventude;

b. Iniciar a advocacia e comunicação;

c. Iniciar investigação e estudos para assegurar a sustentabilidade.

Ponto VII. CUSTOS DA REALIZAÇÃO DE NEGÓCIOS EM ÁFRICA PARA OS JOVENS EMPRESÁRIOS

36. A apresentação assinalou o facto de África ainda precisar de competitividade e ambiente favorável. Os apresentadores apelaram, além disso, para o uso da inovação pois é reconhecida a utilização da Juventude como fonte para criação de seu próprio emprego, com especial atenção sobre as necessidades existentes.

Questões levantadas

37. Existe uma incompatibilidade de aptidões entre as Instituições Académicas e o Mercado de trabalho. Também existe a necessidade de promover o diálogo entre parcerias púbico/privadas sobre esta matéria. Também foi registado que a tecnologia poderá orientar a inovação em África.

Recomendações

38. A reunião discutiu um certo número de recomendações, incluindo os seguintes:

a. Baixar os custos dos negócios

b. Criar e adoptar as adequadas infra-estruturas e mecanismos de política

c. O empreendedorismo poderá fracassar e não deve ser penalizado

d. Visto único para toda a África

e. Necessidade de promoção das necessidades do comércio

f. Necessidade de redução dos preços das infra-estruturas

g. Aumento da produtividade das indústrias de intensivo trabalho

h. Facilitar a mobilidade em África através da abolição dos pedidos de vistos

i. Criação de um Fundo dedicado a Juventude com condições mínimas.

Ponto VIII. AUMENTO DE INVESTIMENTO PARA A EMANCIPAÇÃO DA JUVENTUDE EM ÁFRICA

Painel 8.1: Como financiar os Planos de Acção para o emprego entre a Juventude e atingir 2% de redução anual de desemprego na juventude até 2018

39. Em África, o informal é nova norma relativamente ao emprego. Como resultado a maioria dos jovens acabam trabalhando nos mesmos lugares que os seus pais. A governação é tão importante quanto o financiamento quando é revertida para o emprego dos jovens como para as questões de emancipação. O desemprego da Juventude é uma questão transversal cujo tratamento requer uma abordagem multissectorial.

Questões levantadas

40. As seguintes ideias constituíram as preocupações dos Participantes durante o debate que se seguiu:

- Quais são os parâmetros contextuais para o desemprego de Juventude?
- Quais são as estratégias de financiamento para atingir a redução em 2% no desemprego entre os jovens?

Recomendações

41. Foram formuladas as seguintes recomendações: T

a. A boa governação é importante tanto quanto que o financiamento;

b. Melhorar a produtividade no sector informal, garantindo infra-estruturas;

c. Os governos locais deverão apoiar o crescimento do sector informal não agrícola através da capacitação das empresas para desenvolver negócios;

d. Reformas fiscais de simples ocupação nas grandes cidades para financiar as estradas urbanas básicas e infra-estruturas e outros mecanismos inovadores de financiamento tais como impostos e bilhetes de avião, combustível, etc.;

e. Incidência sobre iniciativas de políticas realizáveis, de baixo custo e incisivas;

f. Os Países deverão desenvolver abordagens baseadas nas aptidões;

g. Os Governos precisam dar prioridade as reformas (comércio, logística, empresas informais).

Painel 8.2: Aumento do financiamento interno para acelerar a emancipação da Juventude em África: Roteiro para Plano de Investimento da Juventude Africana

Questões levantadas

42. As seguintes questões foram transmitidas aos Participantes para orientar a reflexão durante os debates:

a. Será que o dinheiro despendido especificamente nos programas para a Juventude é a melhor forma de gastar dinheiro para beneficiar a Juventude?

b. Será que o dinheiro despendido na orientação da Juventude de forma transparente assegura que está bem gasto?

c. Será que os Governos produzem planos e metas que demonstram que eles compreendem a natureza do problema e têm roteiros para resolvê-los?

d. Estará a Juventude envolvida na elaboração dos programas para a Juventude e na monitorização da sua implementação, incluindo na execução dos orçamentos para esses programas?

Recomendações

43. Tal como abaixo se recomenda, as seguintes acções poderão ser implementadas enquanto áreas prioritárias para tratar de questões relativas à mobilização interna de fundos para acelerar a emancipação da Juventude:

a. Analisar a situação da Juventude no País para se obter uma linha de base;

b. Avaliar o alcance em que as políticas e programas dos Governos tratam a situação e sublinham antecipadamente as necessidades e propõem novas políticas a medida do necessário;

c. Avaliar (no início do ano orçamental) se fundos adequados (orçamentos) foram afectados para implementar aspectos inerentes aos jovens das políticas e programas do Governo identificados nas etapas anteriores;

d. Medidas e avaliação no fim do ano orçamental se os fundos afectados foram gastos como planeado e em benefício de quem;

e. Também para determinar a abertura dos Relatórios de auditoria ao público, incluindo a Juventude;

f. Avaliar (após vários anos) se a situação descrita na primeira etapa teve melhorias;

g. Envolver o sector privado e outros sectores do orçamento nos esforços de mobilização de recursos.

<u>Painel 8.3</u> Parceria que trabalha para o desenvolvimento da juventude em África

44. Os seguintes Parceiros – UNESCO, UNV, UNICEF, COMMONWEALTH, MICROSOFT e ONU-Habitat – fizeram apresentações de conformidade com os seus respectivos mandatos, mas também relativamente ao seu envolvimento e parcerias para o desenvolvimento da Juventude em África e através da colaboração com os Países africanos, mas também com a Comissão da União Africana. De igual modo, eles trataram do engajamento para trabalhar com África e apoiar os mecanismos existentes tais como a Carta Africana da Juventude, o Plano de Acção para a Década de Desenvolvimento da Juventude, Corpo Voluntário da Juventude da UA, etc.

45. Os Parceiros de desenvolvimento se engajaram a operacionalizar as Directivas da UA de apoio a implementação dos DPoA da Juventude aos níveis nacional e regional;

46. A CUA foi também solicitada para facilitar a participação da África na Agenda de Desenvolvimento pós-2015 e pedido das Lentes da Juventude e dos Parceiros a Comissão para submeter a Assembleia-geral da ONU um Projecto de Resolução para

adoptar a Carta Africana da Juventude e as DPoA como sistema amplo da rede para desenvolvimento da Juventude africana.

47. África precisa de acordar sobre a promoção de um candidato comum para o cargo de Conselheiro Especial do Secretário-geral para a Juventude.

Ponto IX: RESPOSTAS DA CUA

Painel 9.1: Propostas

48. O Departamento dos Recursos Humanos e Tecnologia da Comissão da União Africana, nos seus esforços para implementar a Decisão e Declaração de Malabo 2011 e, dentro das capacidades disponíveis, após ter compilado informações e conhecimentos dos Peritos convidados e garantido o apoio político dos Ministros Responsáveis pelo desenvolvimento da Juventude em África durante a Conferência propôs respostas as necessidades, preocupações e desafios com os quais se confronta a Juventude africana:

a. Há necessidade de reforçar as capacidades e assegurar a disponibilidade de dados dispersos sobre a situação da Juventude em África de conformidade com os princípios da Carta Africana da Juventude para efectiva planificação, orçamentação e advocacia aos níveis nacional e regional;

b. É imperativa uma abordagem interministerial, Multissectorial e Interdisciplinar do desenvolvimento da Juventude para adaptar e atingir os objectivos da DpoA aos níveis nacional e regional;

c. É necessário o papel de coordenação, capacidade e envolvimento dos Estados Membros, CERs e da Comissão da UA da implementação, monitorização e acompanhamento dos progressos para assegurar a apresentação de Relatórios periódicos sobre as realizações.

Recomendações

49. As seguintes recomendações exigem que todos os intervenientes concernentes devam assumir responsabilidades pelas acções:

a. Participação institucional dos Estados Membros e do Mecanismo da UA para Assistência Técnica aos Países (CTAM) enquanto uma rede de reforço de capacidades sobre a implementação da Decisão da Cimeira 2011 de Malabo;

b. Os Estados Membros e as CER deverão operacionalizar a Rede de Política da UA sobre a institucionalização do Voluntarismo Juvenil em África;

c. Os Estados Membros e as CER deverão operacionalizar e aplicar a política consultiva da UA, notas e kits de ferramentas sobre o processo de integração da Juventude na planificação fiscal e para assegurar uma monitorização e avaliação responsável da Juventude;

d. A necessidade da CUA e os Estados Membros de dar a sua contribuição na condução em 2013 do inquérito e análise sobre a Juventude numa grande escala ao nível nacional para obtenção de multi-indicadores;

e. Os Estados Membros devem considerar a organização de uma formação ao nível continental sobre o voluntariado e submeter a proposta para 2013 e 2014;

f. Os Estados Membros devem analisar os critérios e o Acordo de sede para criação de um Secretariado operacional da UA-CVJ até 2015;

g. Os Estados Membros devem dar a sua contribuição para absorção dos jovens profissionais pelo Programa do Voluntariado Juvenil nas TIC e Investigação para operacionalização em grande escala da Base de Dados para Estatística Comparativa da UA sobre a Juventude;

h. Os Estados Membros deverão realizar a avaliação da Juventude em conformidade com as políticas usando as ferramentas de auto-avaliação da UA;

i. A CUA deverá operacionalizar as Medidas para Emancipação da Juventude e apoiar os Estados Membros na elaboração e implementação de Planos Nacionais da Juventude e Índices de Desenvolvimento;

j. Os Estados Membros deverão submeter em 2013 a proposta inicial e o interesse em albergar o Dia Africano da Juventude em 2013 e 2014;

k. Operacionalizar o Fundo da UA para o Desenvolvimento Solidário da Juventude e apoiar os Estados Membros a implementá-lo ao nível nacional;

l. A CUA deverá realizar uma visita de estudo e consultas com os Peritos sobre a profissionalização da Juventude e desenvolvimento do trabalho em África e apresentar o respectivo Relatório a Mesa;

m. Organização dos preparativos e da participação de alto nível da Mesa da COMY IV numa Sessão Especial durante a próxima Conferência da UA dos Ministros das Finanças e da Economia, em parceria com o Banco Mundial, BAD e UNECA.

Ponto XI: Data e local da COMY V

50. A 5.ª Sessão Ordinária da Conferência da União Africana dos Ministros Responsáveis pelos Assuntos da Juventude (COMY V) será realizada na República do Chade em 2014, segundo a proposta do Ministro dos Assuntos da Juventude do Chade.

51. A República do Sudão do Sul se ofereceu para albergar o COMY VI em 2016.

Ponto XII. Diversos

52. Sob este Ponto foi levantado um certo número de preocupações:

a. A Conferência solicitou a CUA para retomar a anterior metodologia (Reunião dos Peritos e Conferência Ministerial);

b. É solicitado que a Mesa cessante presida as reuniões e a eleição da nova Mesa até ao fim da Conferência;

c. É solicitado que os Estados Membros organizem reuniões regionais convocadas pelos Membros da Mesa, antes da própria COMY;

d. A conferência desejava que os Membros da Mesa chegassem um dia antes do dia de início da COMY;

e. A Conferência apoia o pedido dos Delegados sudaneses para "apelar aos poderes ocidentais para levantar as sanções impostas contra o Sudão, especialmente no domínio das TIC, as quais afectam o direito da Juventude de ter acesso a estas tecnologias em conformidade com a Carta Africana da Juventude;

f. Os Delegados da União Pan-africana da Juventude apresentaram uma proposta para o Tema da próxima COMY "Atingir o Potencial da Juventude Africana através da Criação de uma Modalidade de Financiamento e Monitorização";

g. Acerca do 50.º Aniversário da União Pan-africana da Juventude, os Delegados da UPJ tiveram uma reunião com o Presidente da COMY IV, durante a qual a Guiné Equatorial foi escolhida para acolher o evento que poderá ser realizado em 1 de Novembro ou o mais tardar em Dezembro. O Presidente da COMY IV comprometeu-se fazer uma viagem a Guiné Equatorial e encontrar-se com o chefe de Estado Sr. Obiang Nguema sobre a matéria.

Ponto XIII: CERIMÓNIA DE ENCERRAMENTO

53. S. E. Adv. Bience Philomina Gawanas, Comissário do Departamento dos Assuntos Sociais, em nome do Prof. Jean-Pierre Ezin, Comissário dos HRST expressou o seu apreço e gratidão a sua Colega por lhe ter oferecido a oportunidade de participar na cerimónia de encerramento e dirigir-se a Conferência dos Ministros. Ela felicitou a COMY IV pelos resultados atingidos e pela adopção do Relatório e das Recomendações. Adv. Gawanas também informou a Conferência acerca do próximo 50.º Aniversário da criação da Organização da Unidade Africana (OUA) em 2013 e, abordou o Tema do evento que é: "Pan-africanismo e Renascimento Africano". Durante a abordagem, ela insistiu que os Ministros dos Assuntos da Juventude se engajassem para uma reflexão sobre o papel da Juventude no diálogo relativo ao Tema. Ao instar para o envolvimento dos Ministros e da Comissão da União Africana na implementação das acções acordadas, ela insistiu sobre o período pós-ODMs (2015) para África para assegurar que o crescimento económico apresente uma face humana, seja em favor do povo e seja conduzida no quadro de um diálogo inter-geracional.

54. O Presidente da Mesa da COMY IV, S. E. Sr. Anatole Collinet Makosso, Ministro da República do Congo e Presidente da COMY IV agradeceu a todos os Ministros e Chefes das Delegações pelos bons resultados que se seguiram as reflexões durante os últimos três dias. O Presidente também apresentou desculpa por alguma

inconveniência causada por qualquer dos Participantes durante o processo eleitoral bem como na gestão da Conferência, enquanto se tentava chegar a um consenso.

55. S. E. Sr. Makosso exprimiu a sua gratidão pela confiança que norteou a eleição do seu País, a República do Congo, para presidir nos próximos dois anos os destinos da Juventude Africana e o seu desenvolvimento. Ele agradeceu também os Membros da COMY III pelo bom trabalho realizado entre 2010 e 2012. Então, ele apelou a todos os intervenientes para apoio constante e cooperação com os Membros da Mesa da COMY IV para trabalharem incansavelmente e aumentarem os esforços para atingir melhores resultados com impacto sustentado para e no seio da Juventude. Ele insistiu sobre a utilização dos instrumentos existentes e na promoção de um diálogo inter-geracional e governação. Finalmente, ele declarou encerrada a 4.ª Sessão Ordinária da Conferência da UA dos Ministros Responsáveis pela Juventude e anunciou que a COMY V terá lugar em N'Djamena, República do Chade, em 2014, de preferência antes do 1 de Maio de 2014.

56. A 4.ª Sessão Ordinária da Conferência da União Africana dos Ministros Responsáveis pelo Desenvolvimento da Juventude encerrou quando eram 20.30 de 14 de Setembro de 2012.

AFRICAN UNION UNION AFRICAINE

African Union Common Repository **http://archives.au.int**

Organs Council of Ministers & Executive Council Collection

2012

Report of 4th AU conference of ministers of youth, Addis Ababa, Ethiopia, 12 – 14 September 2012

African Union

African Union

http://archives.au.int/handle/123456789/4306

Downloaded from African Union Common Repository